UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS ESCOLA NORMAL SUPERIOR CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

DEISE SOCORRO DA SILVA GALVÃO

ENTRE O VISÍVEL, E O INVISÍVEL: O CASO DAS MULHERES BARÉ NA ESCOLA NORMAL SUPERIOR.

YAMAÃWA ASUÍ TIYAMAÃWA PITÉRUPI: KUNHÃITA BARÉITA ESCOLA NORMAL SUPERIOR RESÉ

> MANAUS – AMAZONAS 2020

DEISE SOCORRO DA SILVA GALVÃO

ENTRE O VISÍVEL, E O INVISÍVEL: O CASO DAS MULHERES BARÉ NA ESCOLA NORMAL SUPERIOR.

YAMAÃWA ASUÍ TIYAMAÃWA PITÉRUPI: KUNHÃITA BARÉITA ESCOLA NORMAL SUPERIOR RESÉ

Trabalho de Conclusão do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade do Estado do Amazonas – UEA, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Licenciado em Pedagogia.

Orientadora: Prof.^a Dra. Célia Aparecida Bettiol

MANAUS – AMAZONAS 2020

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Sistema Integrado de Bibliotecas da Universidade do Estado do Amazonas.

S586e Silva Galvão, Deise Socorro Da

Entre o visível e o invisível: o caso das mulheres Baré na escola normal superior. : YAMAÃWA ASUÍ TIYAMAÃWA PITÉRUPI: KUNHÃITA BAREÍTA ESCOLA NORMAL SUPERIOR RESÉ. / Deise Socorro Da Silva Galvão. Manaus : [s.n], 2020. 29 f.: il.; 3 cm.

TCC - Graduação em Pedagogia - Licenciatura - Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, 2020. Inclui bibliografía Orientador: Bettiol, Célia Aparecida

1. Mulheres indígenas. 2. narrativas. 3. Universidade . I. Bettiol, Célia Aparecida (Orient.). II. Universidade do Estado do Amazonas. III. Entre o visível e o invisível: o caso das mulheres Baré na escola normal superior.

Elaborado por Jeane Macelino Galves - CRB-11/463

ENTRE O VISÍVEL, E O INVISÍVEL: O CASO DAS MULHERES BARÉ NA **ESCOLA NORMAL SUPERIOR.**

YAMAÃWA ASUÍ TIYAMAÃWA PITÉRUPI: KUNHÃITA BARÉITA ESCOLA **NORMAL SUPERIOR RESÉ**

Trabalho de Conclusão do Curso de Licenciatura em Pedagogia Universidade do Estado do Amazonas -UEA, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Licenciado em Pedagogia.

Aprovação em: 27 de novembro de 2020

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Célia Aparecida Bettiol Orientador (a)

Profa. Msc. Jeiviane Justiniano Membro da Banca

Profa. Msc. Adria Simone Duarte de Souza Membro da Banca

Dedico este trabalho à minha família pelo incentivo e apoio. Aos meus filhos: Jefferson, Deysiane e Victor que com todo carinho e dedicação me incentivaram nesta caminhada. Aos meus professores e colegas de curso que contribuíram nesta trajetória para o meu crescimento e aprendizagem.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus em primeiro lugar por ser a base fundamental das minhas conquistas, me dando sabedoria, saúde, determinação e coragem para prosseguir em meio a tudo que estamos vivenciando em tempos de pandemia, mesmo assim colocando pessoas especiais em minha vida para que eu chegasse ao final do curso. "Alicerçados e Edificados nele, transbordando em gratidão". (Colossenses)

A minha família pelo apoio nesta caminhada, à minha irmã Waldete Reis Andrade que não mediu esforços para me ajudar financeiramente obrigada de coração.

Aos meus filhos Jefferson, Deysiane, e Victor, que com muito carinho foram o meu alicerce para me fortalecer durante esta jornada, me empenhando para dar exemplo de vida e ultrapassando todos os obstáculos "Nele confiarei e me edificarei".

A minha prima Vânia Andrade por me disponibilizar a ferramenta para que eu pudesse elaborar este trabalho, você ficará marcada em meu coração.

A minha orientadora professora Dra. Célia Aparecida Bettiol, pelos ensinamentos, paciência e dedicação em suas orientações prestadas na elaboração deste trabalho. Sei que nada é por acaso, você entrou em minha vida e permanece, gratidão por iluminar a minha mente em todo esse processo.

A professora Guiomar Lima de Carvalho pelo incentivo na disciplina de TCC II que se empenhou durante esse processo de formação.

Ao professor Antônio Fernandes Goes Neto, estudante de Doutorado da Universidade de São Paulo (USP). Gratidão pela tradução da escrita em Nhengatú ao meu resumo.

A todos os professores do curso de Pedagogia e aos servidores desta instituição que através de seus ensinamentos contribuíram para o meu crescimento e aprendizagem.

Aos professores do Projeto (OFS) Lepete, e a todas as professoras da DDPM (SEMED) que se empenharam e contribuíram para a minha experiência profissional de aprendizagem, levarei comigo todos os ensinamentos desta longa jornada.

Aos professores, coordenadores, e monitores do Projeto de Extensão L2 e Tecendo Redes pelo amor, carinho e compreensão durante o processo das realizações culturais, artísticas e profissionais com vocês eu me fortaleci na universidade toda a minha gratidão e respeito momentos bons precisam ser compartilhados para a realização do sucesso.

A todos os amigos que me apoiaram de forma direta ou indireta nesta universidade e estiveram comigo na hora das incertezas e contribuíram de forma significativa para o meu sucesso e desempenho: Fabiola Silva, Rayana Figueiredo, Bruna Braga, Jayara Mendonça, Helen Libório, Lorena Alves, Claudia Fernandes, Odelice Sinfrônio, Mônica Vaz, Maria Amanda Pedrosa, Ayene Nobre, Nilza Nobre Beatriz Viana, Ana Célia Dandara Lima, Abelardo Firmino, Elias Baltazar, Francisco Maricaua, Graciete Baltazar, Hildebrandina Peixoto, Darcilene Gusmão, Sâmela Sateré, e a todos os companheiros da sala de aula minha eterna gratidão.

Sou o resultado da confiança e da força de cada um de vocês.

RESUMO

ENTRE O VISÍVEL E O INVISÍVEL: O CASO DAS MULHERES INDÍGENAS BARÉ NA ESCOLA NORMAL SUPERIOR/ENS

Yamaawa asuí tiyamaawa pitérupi: Kunhaita Baréita Escola Normal Superior resé

O uso das narrativas indígenas são fontes ricas para o conhecimento e a visibilidade cultural de seus povos. Neste sentido, este trabalho teve como objetivo refletir sobre a presença indígena na universidade tomando como ponto de partida a minha história de vida, focandose no percurso universitário, por meio de uma pesquisa narrativa coletiva com mais duas mulheres indígenas acadêmicas do povo Baré. Ao narrar nossas trajetórias e experiências, abordando nossos modos de socialização, conflitos, autonomia individual e social no processo de formação universitária, encontramos pontos que nos são comuns, linhas que se assemelham e outras que se diferenciam no que nos torna visíveis ou não no ambiente universitário. Esperamos que este trabalho possa abrir espaços para a socialização e partilhas das vivências e desafios enfrentados por mulheres indígenas no contexto da universidade, assim como apontar alternativas para superar as dificuldades frente às adversidades da vida acadêmica no processo de inclusão das diferentes formas de expressão e manifestação cultural e de outros conhecimentos.

Palavras chave: Mulheres indígenas; narrativas, universidade.

ABSTRACT

BETWEEN THE VISIBLE AND THE INVISIBLE: THE CASE OF INDIGENOUS WOMEN BARÉ IN THE NORMAL HIGH SCHOOL

The uses of indigenous narratives are rich sources for the knowledge and cultural visibility of their peoples. In this sense, this work aimed to reflect on the indigenous presence in the university taking my life story as a starting point, focusing on the university path, through a collective narrative research with two more academic indigenous women from the Baré people. When narrating our trajectories and experiences, addressing our modes of socialization, conflicts, individual and social autonomy in the university formation process, we find points that are common to us, lines that are similar and others that differ in what makes us visible or not in the environment university. We hope that this work can open spaces for socialization and sharing the experiences and challenges faced by indigenous women in the context of the university, as well as pointing out alternatives to overcome the difficulties in the face of the adversities of academic life in the process of including different forms of expression and manifestation. Cultural and other knowledge.

Keywords: Indigenous women; narratives, university.

Yatukasá: Mairamé yausári umbeumbeusá makuwaita yapuderi yamukamee píri tamirasá takuasáita siia amuita mirita ta supe arama. Yawewa rupi, kua purakisá umaité mayétaa makuita tauikú universidade resewá, usendu uikú mukui kunhã taumbeumbeusáita. Baré ta mirasá. Umbéu uikú yané peeita rupi, yawasému manungaraita yepeasuwaita, asuí manungaraita amurupiwaita. Aitekua yané purandusá: mãata upitá nhãa kunhã Baréita tauyukuá universidadeita upé? Yaputari yané purakisá upuderi upirári siia amu tetamaita universidadeita upé, mamé amuita kunhã makúwaita tauikú kuri. Asuí, yaputari yamukamee mayetaa yapuderai yamukamirika iwasusá universidadeita pupewaita, nhansé universidadeita tenki umbúri amurupi kitiwaraita asuí amurupi kuasáita ipupé.

Nheenga etá upirarisáwa: Kunhãita Makuwaita; Umbeumbeusá; Universidadeita.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1: EU SOU MAIS QUE UM NÚMERO NA ESTATÍSTICA COTIST	A: SOU
BARÉ!	11
1.1 MINHA ANCESTRALIDADE: A VIDA DE MEUS PAIS E MEUS AVÓS	
1.2 A SUA CHEGADA AO BRASIL	12
1.3 MUDANÇA PARA SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA	16
1.4 MUDANÇA PARA MANAUS	16
1.5 UM NOVO LUGAR: A UNIVERSIDADE	17
CAPÍTULO 2: O ACESSO DO INDÍGENA AO ENSINO SUPERIOR: ALC	SAMUE
NOTAS	18
2.1 A UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS	20
2.2 A UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS	20
CAPÍTULO 3: MULHERES BARÉ NA UEA: O QUE NOS UNE, NOS APRO	XIMA E
NOS IDENTIFICA	21
3.1 PERFIL DAS MULHERES INDÍGENAS BARÉ, ACADÊMICAS DA ENS	22
3.2 AS DIFICULDADES NO CONTEXTO UNIVERSITÁRIO	23
3.3 SONHOS/ESPERANÇAS/EXPECTATIVAS PARA O FUTURO	24
CONSIDERAÇÕES FINAIS	25
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	25

INTRODUÇÃO

O presente trabalho apresenta-se como uma narrativa de três mulheres indígenas do povo Baré que refletem sobre seu percurso na universidade. Ser mulher indígena é uma resistência a, pelo menos dois preconceitos estabelecidos na sociedade: primeiro por ser mulher num mundo que tem o machismo arraigado nas suas estruturas mais profundas; segundo ser indígena numa sociedade onde o racismo estrutural está presente contra toda diferença.

Assim, ser mulher indígena na universidade compõe-se como um ato de resistência e um grito para que sejamos vistas e ouvidas neste ambiente que, muitas vezes, não nos reconhece em nossa identidade.

O acesso a Universidade pelos povos indígenas é algo recente e ainda não consolidado como política institucional. Por vezes, somos invisibilizados pela instituição, por outras, nos invisibilizamos para evitar os preconceitos e os questionamentos acerca da nossa identidade, seja por não ser falante da língua indígena, seja pelo estereótipo que paira no imaginário da população a partir de uma identidade essencialista, como ter traços físicos característicos.

Para fundamentação teórica deste trabalho utilizamos autores específicos da área que foi estudado sobre cultura e educação com (Alfredo Veiga Neto, 2003, e Diferenças culturais, cotidiano escolar e práticas pedagógicas com Vera Maria Candau, 2011), para aprofundar sobre educação superior para povos indígenas me debrucei nos escritos de Paladino e Almeida (2012), além de estudar os documentos do Ministério da Educação (CNE) considerando o direito a uma educação escolar diferenciada para povos indígenas.

A pesquisa se configura como uma pesquisa de abordagem qualitativa e pautou-se na metodologia das narrativas. Teve como objetivo geral refletir sobre o meu percurso e de outras duas mulheres do povo Baré na universidade buscando compreender em que medida nossas narrativas se aproximam, se assemelham e se diferenciam. Ao mesmo tempo, analisa as políticas de acesso ao Ensino Superior para os povos indígenas.

A opção da narrativa fundamenta-se em Benjamim (1994 apud DUTRA, 2002, p. 372) argumenta que na narrativa, "o narrador retira da experiência o que ele conta: sua própria experiência ou a relatada pelos outros", na narrativa contempla a experiência

contada pelo narrador e ouvida pelo outro, o ouvinte. Souza (2012, p.46) corrobora dizendo que "[...] narrar histórias e contar a vida caracteriza-se como uma das possiblidades de tecer identidade [...]". Dentre as diferentes possibilidades da narrativa nosso trabalho é uma pesquisa que se pauta na história de vida, cujos sujeitos são três mulheres indígenas Baré. A narrativa aqui tratada toma como objeto de estudo o percurso acadêmico dessas mulheres, conforme assevera Clementino (2014, p.43) "Narrativas (auto)biográficas, construídas e/ou coletadas em processo de pesquisa [...] centram-se nas trajetórias, percursos e experiências dos sujeitos.

Para a análise pautamo-nos na análise interpretativa-compreensiva. Essa análise compreensiva-interpretativa das narrativas busca evidenciar a relação entre o objeto e/ou as práticas de formação numa perspectiva colaborativa, seus objetivos e o processo de investigação-formação. Partem sempre da singularidade das histórias e das experiências contidas nas narrativas individuais e coletivas dos sujeitos implicados em processos de pesquisa e formação.

Assim, eu acredito que este trabalho pode ajudar outras mulheres indígenas e os colegas não indígenas a pensar e compreender os desafios que os povos indígenas enfrentam na universidade e como é importante que as escolas e a universidade trabalhem para acabar com preconceitos sobre nossos povos e culturas.

A escolha desse tema ocorreu da minha experiência e participação em dois projetos desenvolvidos na Escola Normal Superior "Tecendo diálogos interculturais" e "Práticas de Leitura e Escrita: o Português como L2 para acadêmicos indígenas". Nestes projetos eu pude me encontrar e reunir com outros parentes e participar de muita coisa que falava da nossa cultura e mostrar nossa cultura para a universidade.

Assim, penso que estar entre o invisível e o visível na universidade impõe para nós mesmos, um compromisso de narrar nossa história de estudante indígena da etnia Baré que apesar das dificuldades enfrentadas na cidade de Manaus em relação a sua cultura, raízes, língua e condições financeiras conseguiu lutar com a ajuda da família para que essa conquista chegasse ao passo de uma realização vitoriosa.

CAPÍTULO 1: EU SOU MAIS QUE UM NÚMERO NA ESTATÍSTICA COTISTA: SOU BARÉ!

Meu nome é Deise Socorro da Silva Galvão, nascida no dia 20 de novembro de 1965 no Distrito de Cucuí, situado na fronteira do Brasil com a Venezuela, localizado no Alto Rio Negro, próximo ao município de São Gabriel da Cachoeira, conhecido popularmente como "Cabeça do Cachorro" devido à forma do território que se assemelha a uma cabeça de cachorro (Figura 1). Sou indígena da etnia Baré, falante da língua Nheengatu e moro em Manaus desde dezembro de mil novecentos e oitenta e cinco, quando concluí o antigo segundo grau e vim em busca de melhores condições de vida e conhecimentos.



Figura 1: Mapa da localização da minha comunidade

Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/S%C3%A3o_Gabriel_da_Cachoeira Acesso em 10/10/2020

1.1. MINHA ANCESTRALIDADE: A VIDA DE MEUS PAIS E MEUS AVÓS

Em aproximadamente 1945, meu avô chamado Alexandre Galvão viajou de Mossoró, Rio Grande do Norte, para a Venezuela em busca de emprego para a região

Norte. Lá se estabeleceu trabalhando como agricultor de mandioca e seus derivados e assim vendia tudo o que lhe era extraído, nesse meio tempo conheceu uma mulher muito simpática de olhos claros tinha a pele clara cabelos cacheados o seu nome era Julia Cadena, logo começaram a namorar e formaram uma família com 6 filhos foi uma linda história de amor mas que não durou muito tempo ela veio a falecer de uma doença chamada varíola. Ele muito triste não quis mais continuar naquele vilarejo e resolveu voltar ao Brasil levando seus filhos com a esperança de uma vida melhor para seus filhos.

1.2. A SUA CHEGADA AO BRASIL

O meu avô sonhava com uma nova perspectiva de vida e mudou-se para o Distrito de Cucuí, naquela época já era uma área militar para impedir invasores ao Brasil. Era um homem muito ágil para executar qualquer trabalho que lhe cabia, conseguiu um emprego numa usina que existia naquela área e, foi quando conheceu outra mulher indígena da etnia Baré chamada de Amazônina Lizardo, se uniu com ela para que ela cuidasse de seus filhos.

O meu pai sendo o primogênito ao completar 18 anos se alistou para o exército e foi servir o serviço militar ao quartel, os anos passaram e ele continuou no quartel e assim conheceu a minha mãe, uma moça chamada: Haidée Pereira da Silva filha de indígenas da etnia Baré moradores do Distrito de Cucuí, o meu avô chamase: Alonso dos Santos e a minha avó Enedina Pereira da Silva. Eles eram falantes da língua yengatú. Sobreviviam da roça e do pescado. Meu pai começou a namorar a minha mãe e, logo se casaram. Passando a morar juntos e depois de alguns meses ela engravidou dando à luz a uma menina que se chamou: Deise Socorro da Silva Galvão, essa menina sou eu, a primogênita.

Meu pai chama- se Walter Cadena Galvão de Andrade natural de Venezuela indígena da etnia Baré não falante da língua Nheengatu filho de: Alexandre Galvão de Andrade agricultor não indígena natural de Mossoró Rio Grande do Norte e, de Julia Cadena da Silva natural de Venezuela indígena da etnia Baré falante da língua Espanhol.

No ano de mil novecentos e cinquenta e nove meu avô segue viagem para São Gabriel da Cachoeira em busca de emprego, pois recentemente ficou viúvo levando seus quatro filhos: Walter Cadena Galvão de Andrade, Auxiliadora Cadena Galvão, Raimunda Cadena Galvão e Rosa Cadena Galvão todos nascidos na Venezuela indígena da etnia Baré não falantes da língua Nheengatu e sim Espanhol. Em sua companhia deixou o filho mais novo: Orlando Cadena Galvão com a sua tia, pois o mesmo era muito pequeno e não ia conseguir levar para tão longe apesar das dificuldades.

Chegando a São Gabriel onde fez uma longa viagem de barco se hospedou num casebre chamado: barracão que servia para abrigar indígenas ribeirinhos que se deslocavam de suas comunidades até a cidade para a venda de suas plantações e artesanatos, ao passar dos dias meu avô logo conseguiu um emprego numa pequena fábrica de piaçava que era feita a comercialização de vassouras em pouco tempo comprou um terreno no centro da cidade e construiu uma ampla casa para abrigar seus quatro filhos o terreno era imenso onde plantou muitas árvores frutíferas e nos fundos passava o rio com uma imagem deslumbrante de correntezas e cachoeiras que a noite soava o barulho ressaltando uma paz aos ouvidos na hora de dormir.

Passando alguns meses ele conheceu uma moça com o nome de Amazônia Lizardo, indígena também da etnia Baré e falante da língua. Iniciaram um relacionamento e então ela passou a morar na casa que ele construía para cuidar de seus filhos. Ao completar dezoito anos meu pai sendo o filho mais velho foi se alistar ao quartel, lá era uma região militar por ser próxima a fronteiras todos os rapazes tinham que servir o exército para guarnecer os invasores das guerrilhas de outros Países.

Então ele foi transferido para o Distrito de Cucuí pequena fronteira que a maioria dos habitantes só era militar, passando um ano do serviço militar ele conheceu a minha mãe uma moça muito prendada apesar de ser indígena era muito bonita filha de indígenas ribeirinhos Alonso dos Santos e Enedina Pereira da Silva ambos indígenas da etnia Baré falantes da língua natural de Cucuí mas moravam em um local chamado: Divisão por ser bem ao lado do Marco que dividia a fronteira, ela chamava - se Haidée Pereira da Silva indígena falante da língua sua etnia era Baré, iniciaram um namoro por uns 8 meses e por fim casaram e passaram a morar lá mesmo na fronteira e a minha mãe veio a ficar grávida de uma menina que quando nasceu deram o nome de Deise Socorro da Silva Galvão.

Ao completar 6 anos fui a primeira vez a escola do jardim de Infância em uma escolinha indígena com o nome de: Escola Indígena estadual Tenente Antônio João, lá ensinavam a língua portuguesa e Nheengatu, pois vinham muitas crianças ribeirinhas que não falavam bem o português, então tinham que se adaptar nas duas línguas. A minha professora chamava- se Carmencita era dócil e muito alegre com a turma.

Falava três idiomas era natural da Venezuela, estudei lá por dois anos e ao completar oito anos de idade tivemos que nos mudar novamente para São Gabriel da Cachoeira e lá continuei os meus estudos já estava no segundo ano do primeiro grau na escola Salesiana do Colégio São Gabriel, que era direcionada por freiras e padres, os alunos indígenas de outros municípios vinham estudar e ficavam internados, pois lá havia um semi-internato para que estes alunos pudessem estudar e ao mesmo tempo aprender a fazer artesanatos para não perder seus costumes de origens e suas culturas. Meu pai permaneceu no exército por trinta anos aonde veio a se aposentar por tempo de trabalho.

Avós paternos: Avós maternos: Alexandre Júlia Alonso Enedina Indigena Indígena Indigena Nordestino Espanho Nheegatu Nheegatu Indígena Pai: Militar Mãe: Walter Haidée Nheegatu Nheegat Indígena Deise Baré Filhos: Nheegatu Indígena lefferson Deysiane Nheegatu Victor Mário Manaus

Figura 2: minhas relações de parentesco

Fonte: elaborado pela autora (2020)

A fase negativa da minha infância foi a separação de meus pais porque me senti uma criança triste sem proteção e insegura, eu sou filha única de casamento tive dois irmãos: Waldeci Augusto da Silva Galvão e Domingos Sávio da Silva Galvão mais eles não sobreviveram um faleceu aos quatro anos de idade com a doença de asma

brônquica e o outro nasceu prematuro então por este motivo me senti muito deprimida, mas com a ajuda de parentes e da família consegui me fortalecer novamente.

1.3. MUDANÇA PARA SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA

No ano de 1975 fomos morar em São Gabriel da cachoeira, município do Alto Rio Negro, mais desenvolvido por ter um colégio de salesianos, freiras, um semi-internato para meninos e meninas separado. Os meninos eram catequisados pelos padres e as meninas pelas freiras. Estudei no colégio são Gabriel desde o 2° ano, primário até o 3° ano do segundo grau com a formação do magistério, pois era a única existente no colégio. Como sonho de toda estudante em estudar fora eu queria estudar em Manaus para prosseguir um emprego de professora, pois naquela época a formação de magistério era uma formação profissionalizante.

1.4. MUDANÇA PARA MANAUS

Eu viajei para Manaus em dezembro de 1985, não conhecia ninguém que pudesse me orientar a me dirigir a uma instituição ou a um órgão em que eu pudesse lecionar como professora, ou fazer uma especialização. Senti-me muito perdida e, foi surgiu uma a oportunidade de trabalhar no Distrito Industrial. Eu consegui um encaminhamento e imediatamente comecei a trabalhar numa fábrica conceituada no qual acabei abandonando o sonho de ser professora. Empenhei-me na área de eletroeletrônico.

Ao passar 3 meses em Manaus eu conheci o meu esposo e passamos a morar juntos, formamos uma família de 3 filhos, mas que ao passar dos tempos por motivos inconvenientes em relação ao trabalho ele se tornou alcoólatra perdendo o trabalho e mais uma vez veio outro sofrimento. Tive que trabalhar para criar os filhos até então o meu primogênito já estava prestes a completar 18 anos. Conseguiu o seu primeiro emprego em uma loja na cidade e a outra filha também conseguiu numa empresa como jovem aprendiz.

Enfim veio o momento da minha separação do meu convívio houve uma desavença e então foi umas das piores fases também da minha vida porque fiquei desempregada não conseguia mais emprego tive que trabalhar como diarista para

sustentar a casa os filhos crescendo, a minha irmã por parte de pai por nome: Waldete Aparecida Reis Andrade, indígena Baré residente em São Gabriel da Cachoeira, veio fazer a pós-graduação em Manaus e conversou comigo para voltar a estudar eu a princípio não concordei porque já tinha passado muito tempo achava que não ia conseguir aprender nada ela pediu pra eu entrar pela cota indígena. Depois de muita reflexão eu resolvi me inscrever.

1.5. UM NOVO LUGAR: A UNIVERSIDADE

Chegando o tempo das inscrições para o vestibular da UEA eu fiz a minha inscrição juntamente com a da filha eu sempre quis ser professora já tinha feito o magistério no interior só não tive a chance de prosseguir por falta de conhecimentos aqui em Manaus, fiz a inscrição da filha para Odontologia. Tudo foi pela cota indígena e finalmente conseguimos ela passou em sétimo lugar, e eu fui à terceira chamada fiquei muito feliz fiz a minha matrícula tudo direitinho e fiquei no aguardo do início das aulas.

No dia dezessete de março de 2015 dei início às aulas na escola normal superior foi o meu primeiro dia de aula, me senti muito insegura, pois não conhecia ninguém, muitos anos fora de uma sala de aula cercada por várias adolescentes então me sentei logo de primeira lá nos fundos fiquei isolada não falava com ninguém até porque sou muito tímida, entrou a professora de Psicologia: Érica muito sorridente passando um astral fortalecedor falando nos grandes autores da psicologia gostou da aula, mas quando entrou o professor Vitor da disciplina de Filosofia sinceramente eu me senti lá no além não entendia absolutamente nada meus neurônios parece que estavam desgastados pelo tempo, falo com toda sinceridade que tive muitas dificuldades durante estas aulas.

Tive muitas dificuldades nas disciplinas teóricas, no conteúdo dos textos em relação aos pensamentos dos diversos autores eu realmente não entendia absolutamente nada porque havia muito tempo que eu não lia um livro, portanto eu sentia dificuldade em socializar nos seminários.

Para mim foi um desafio muito grande que tive que enfrentar porque na época que fiz o ensino médio não tinha Internet e não tínhamos o hábito de ler livros eram apenas feitos os trabalhos de pesquisas através da biblioteca da escola. Sou muito

tímida, tenho dificuldades ao me expressar, não sei falar palavras difíceis essas são algumas das nossas características como indígenas na qual me identifico, mas que espero superar nesse percurso através dos conhecimentos e aprendizagens adquiridos na faculdade.

Sobrevivi com o passar dos dias e fui me adaptando aos poucos. As alunas percebiam a minha diferença e quando vinham falar comigo eu falava que eu sentia dificuldades que eu era indígena e estava muito tempo fora da sala de aula. Mas com o passar dos dias eu fui me adaptando aos poucos comecei a fazer amizades com umas adolescentes que sentavam ao meu lado como a Priscilla Souza, Eliza Pereira e Brenda, mas foi a partir do terceiro período que eu comecei a me destacar mais nas amizades. Conheci a Claudia que me ajudou muito e passei a me empenhar mais nos seminários e trabalhos em grupos então passei a participar do projeto Lepete de Assistência à Docência como bolsista que serviu de grande avanço para minhas experiências.

Depois surgiram os projetos de extensão voltados aos indígenas como O "Tecendo diálogos interculturais e as Práticas de leitura e escrita: o português para acadêmicos indígenas" que aprofundaram muito os nossos conhecimentos e aprendizagens através dos professores voltados a essa área como a professora Jeiviane e a professora Célia junto com os alunos monitores de Letras como também de outros projetos que agregam a cultura indígena na Universidade isso me fortaleceram muito. Foi por meio desses projetos que eu fui conhecendo as outras identidades, outras etnias, as adversidades de outras culturas e sou muito grata a essas pessoas que tomaram essa iniciativa para dar essa continuidade de cultura na Universidade.

Assim, refletindo minhas dificuldades e angústias na universidade, considero importante destacar que o acesso ao ensino superior pelos povos indígenas é uma política forjada na luta do movimento indígena e que ainda está em fase de consolidação (ou de desconstrução). No próximo capítulo trago algumas reflexões sobre o tema.

CAPÍTULO 2: O ACESSO DO INDÍGENA AO ENSINO SUPERIOR: ALGUMAS NOTAS

Para compreender o percurso forjado pelos povos indígenas para garantir direitos de acesso ao ensino Superior, me debrucei o livro "Entre a Diversidade e a Desigualdade de Mariana Paladino e Nina Paiva Almeida" (2012) que aborda as reflexões sobre as complexidades e desafios sobre o acesso dos povos indígenas à educação superior através de análises e reivindicações feitas pelos movimentos por meio de programas de ações para a sua permanência nas universidades Federais e Estaduais.

Segundo as autoras na década de 1990, o acesso da população indígena à educação superior era muito precário por conta da institucionalização política, apesar de haver professores graduados incluindo lideranças de movimentos indígenas, não existia uma reflexão que pudesse atuar na efetivação e nas possibilidades de ingressar na educação superior, como uma formação continuada ofertada por meios de ações, programas e projetos que assegurassem a sua permanência.

As autoras lembram que somente a partir do ano de 2003 a educação superior indígena passou a ocupar um lugar nas políticas públicas que tiveram foco principalmente na formação de professores indígenas em nível superior para o aperfeiçoamento de suas práticas docentes.

O principal objetivo da formação de professores indígenas em nível superior seria de melhorar a qualidade de ensino nas escolas indígenas especialmente no Ensino Médio com a exigência de formação superior aos professores deste seguimento obedecendo à lei estabelecida lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e a meta 17 do Plano Nacional de Educação 2001-2011.

As autoras ainda analisam que a criação do Programa de Formação Superior e Licenciaturas Indígenas (Prolind), que promove os cursos de licenciatura Interculturais, voltados para a formação de professores indígenas para a docência, é o primeiro programa com a iniciativa de inclusão coletiva em instituições públicas.

As ações afirmativas e as políticas de cotas deram ênfase para a entrada do estudante indígena na Universidade dando uma amplitude na matrícula indígena para que ele tivesse acesso a essas vagas mesmo com a questão dessas ações afirmativas voltadas para o acesso de estudantes indígenas sempre existem empecilhos para garantir a sua permanência e o bom desempenho. Falamos disto porque há inúmeras variáveis que afetam diretamente a vida de um acadêmico

indígena, sejam elas financeiras, de barreira linguística, de preconceito e, não raras vezes, a falta de empatia da comunidade acadêmica com a diferença.

No cenário local, estado do Amazonas, temos duas universidades públicas, uma federal (Universidade Federal do Amazonas) e uma estadual (Universidade do Estado do Amazonas), esta última onde sou acadêmica do curso de Pedagogia, como mencionei no início deste trabalho. Trazemos, ainda que de maneira aligeirada, as políticas implementadas por essas duas universidades no que diz respeito ao atendimento aos povos indígenas.

2.1. A UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

A Universidade Federal do Amazonas trabalha com o preenchimento de vagas pelo SISU atendendo à política de cotas. Possui um campus em Manaus e outros campi espalhados pelo interior: Coari, Benjamin Constant, Humaitá, Parintins e Itacoatiara.

Na sua estrutura institucional há uma diretoria que trabalha com as políticas afirmativas1. No tocante à formação de professores indígenas, na estrutura da Faculdade de Educação FACED há o DEEI (Departamento de Educação Escolar Indígena) que tem corpo docente próprio e atende aos cursos de formação específica, recebendo recursos do PROLIND (Programa de Licenciaturas Indígenas) do MEC.

2.2. A UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS

A Universidade do estado do Estado Amazonas (UEA) é uma instituição de Ensino Superior Pública vinculada ao governo do Estado do Amazonas. Oferece mais de 30 cursos em dezessete cidades amazonenses: Manaus, Parintins, Presidente Figueiredo, Itacoatiara, Carauari, Tabatinga, Tefé, Lábrea, Boca do Acre, Coari, Eirunepé, Humaitá, Manicoré, Manacapuru, Maués, e São Gabriel da Cachoeira.

A Universidade do Estado do Amazonas é a maior Universidade Multicampi do País. Ela atua na capital e em alguns municípios do Amazonas na qual se divide em Centros e Núcleos, na sua estrutura predial estão integradas as cinco unidades acadêmicas: Escola Normal Superior (ENS) Escola Superior de Ciências

_

¹ https://proext.ufam.edu.br/edital-vigente.html

da Saúde,(ESA), Escola Normal de Tecnologia (EST), Escola Normal Superior (ENS), Escola Superior de Artes e Turismo (ESAT), e Escola Superior de Ciências (ESO). No interior do estado a UEA possui seis Centros de Estudos Superiores e doze Núcleos de Ensino Superior no Interior do Estado.

Porém, ainda são muitos os municípios do interior do Estado do Amazonas que ainda estão sem nenhuma assistência de Ensino Superior dificultando as suas trajetórias em relação ao ensino superior para essa população que sofrem com essas precariedades atingindo a sua vida formal e social que sonham em ingressar numa universidade. Muitos são os motivos que dificultam esse acesso como as situações econômicas, desemprego, falta de acesso a internet e outras vulnerabilidades.

Além da Universidade do Estado do Amazonas atuar no interior do Estado oferecendo Curso regular de Graduação, muitos estudantes optam por vir estudar na capital por falta de oferecimento de Cursos em outras áreas que sejam de seus interesses. Daí surge o questionamento familiar para analisar as dificuldades a serem enfrentas na capital no decorrer dos estudos.

A UEA tem uma política de acesso para os povos indígenas por meio das cotas ofertadas em todos os cursos no vestibular macro (reserva de vagas para indígenas, estabelecida pela Lei Ordinária n° 2894/2004 do Estado do Amazonas). No entanto, os cursos específicos ainda são pontuais e sem um planejamento definido pela própria instituição.

São muitos os desafios a serem enfrentados na universidade por conta das diversidades sócioculturais que, apesar das leis serem implementadas nestes setores, ainda continua presente a discriminação racial, étnica e social, por conta do racismo estrutural tão arraigado em nosso país, apesar da sua negação. Nesse contexto, inserem-se as mulheres Baré, cujas narrativas se entrecruzam com a minha própria história e estão dispostas no próximo capítulo.

CAPÍTULO 3: MULHERES BARÉ NA UEA: O QUE NOS UNE, NOS APROXIMA E NOS IDENTIFICA

Neste capítulo pretendemos apresentar e discutir os resultados da pesquisa, refletindo sobre suas histórias no que diz respeito ao seu percurso acadêmico. Das

suas narrativas construímos o corpus do trabalho e elegemos três categorias para a análise: o perfil dessas mulheres indígenas universitárias, considerando também minha própria história apresentada no início deste trabalho; as dificuldades enfrentadas por elas e os seus sonhos/expectativas/esperanças com a conclusão do curso onde se matricularam.

3.1. PERFIL DAS MULHERES INDÍGENAS BARÉ, ACADÊMICAS DA ENS

Iniciamos fazendo um perfil das três mulheres que participaram da pesquisa. Todas nasceram no território do Alto Rio Negro, sendo uma na cidade de Santa Isabel do Rio Negro e duas em comunidades mais distantes. Todas se identificam como pertencentes ao povo Baré, sendo que uma delas tem a mãe do povo Tukano.

No tocante à língua própria, 02 são falantes do Nhengatú e uma não fala, mas compreende o Tukano, língua falada pela mãe. As três têm filhos e trabalharam em casas de família e trabalhos informais, no distrito e outros para manter a família. As três ingressaram na universidade (Universidade do Estado do Amazonas) pelas cotas (grupo 8), sendo que duas cursam Pedagogia e uma Licenciatura em Geografia. Todas entraram com mais de 30 anos na universidade, sendo a maior idade de ingresso 45 anos.

Transcrevemos a seguir o relato de cada uma sobre esse acontecimento:

"Entrei através do grupo 8 ou seja pela cota porque eu sempre quis cursar uma universidade, era como realizar um sonho".

"Entrei pela cota indígena eu nunca pensei em ingressar em uma universidade eu tinha muito medo de enfrentar esse desafio e não conseguir por morar em comunidade eu achava que isso não era pra mim."

A terceira narrativa é a minha que também entrei pela cota e como mencionei no início deste trabalho era um sonho antigo.

Ressaltamos aqui que as três são participantes dos projetos "Tecendo diálogos interculturais" e "Práticas de leitura e escrita: o português para acadêmicos indígenas".

Percebemos que as três entraram tardiamente na universidade, todas buscavam a realização de um sonho, todas têm filhos, dominam no âmbito da fala e/ou da compreensão, ainda que minimamente, uma língua indígena. Todas ainda vivenciam a cultura em suas famílias, seja na alimentação, nas plantas medicinais, nos benzimentos e outros.

3.2. AS DIFICULDADES NO CONTEXTO UNIVERSITÁRIO

Neste tópico trazemos as dificuldades enfrentadas por nós, mulheres indígenas no contexto da universidade. As narrativas falam do impacto com o desconhecido, o isolamento, a idade e o preconceito.

"Tive sim dificuldades porque saí do meu município para vim estudar aqui em Manaus, então a gente tem esse impacto territorial de ingressar em uma universidade com uma educação diferenciada. Quando não se conhece ninguém é muito constrangedor conviver esses primeiros dias com pessoas da cidade que tem outras realidades de vida. A minha maior dificuldade foram as disciplinas mesmo no início do 1 período, pois como eu havia parado nos estudos há 12 anos, foi bastante complexo principalmente a disciplina de produção textual, ou seja, eu vinha de um contexto totalmente diferente para esse cenário digamos onde a maioria dos universitários são mais jovens mais especificamente saindo do ensino médio direto para a universidade."

"Eu me sentia sozinha muito triste ninguém conversava comigo e pra completar a minha turma era composta só de jovens que tinham acabado o ensino médio, eu já afastada muitos anos da escola me senti muito solitária, parece que eu estava vivendo em um mundo que não era o meu totalmente diferente, portanto, eu me isolava por não ter amizades e tinha receio em fazer perguntas pros acadêmicos e eles me ignorarem por eu ser indígena, eu sentia esse preconceito dentro de mim. Senti muitas dificuldades por ficar muito tempo longe da sala de aula eu achava muito difícil para entender principalmente pra ler e entender os textos pois fazia muito tempo que eu não lia nenhum livro e então eu me sentia constrangida em fazer perguntas para os professores, por me sentir solitária sem nenhum apoio de amizades. Somente a partir do 3° período é que eu me firmei mas quando passei a fazer parte do projeto intercultural é que eu comecei a conhecer os parentes indígenas de outras etnias, eu fui me relacionando com eles falando sobre os meus problemas em relação as disciplinas e vi que não era só eu que me deparava diante destas situações tinha uns que estavam mais agravados por não falar o português e, agradeço muito aos projetos por nos ter dado a oportunidade de nos expor diante dessas problemáticas e nos ajudar nas aulas do L2 e dos Diálogos Interculturais com os monitores de Letras e a professora Jeiviane foi como abrir uma porta, ou seja, uma luz para acender nossas mentes."

A terceira narrativa é a minha que revelo como me senti insegura no meio dos jovens e me isolei no fundo da sala e o medo do desconhecido.

Todas destacam que faltam políticas para acolher a diferença, mas salientam a participação nos projetos citados como relevantes no seu processo formativo e acadêmico.

"As políticas deveriam ser as melhores possíveis, mas como fazemos parte do grupo de estudantes indígenas e também participamos do Projeto Diálogos Interculturais já participamos de vários movimentos em prol disso e creio que a tendência é sempre juntos lutarmos por melhorias constantes por essas políticas educacionais de fato, ficarem e que temos direito assim como todos. Quanto a diversidade acho muito bom essa diversidade que há na UEA, mas especificamente na ENS, pois através do Projeto eu pude conhecer vários parentes de outras etnias e dessa forma cada um de nós

pôde conhecer às várias culturas que cada um tem dessa maneira houve interação e trocas de experiências também."

"Nessa questão política não é muito vantajoso porque não possuímos políticas afirmativas para nos firmarmos na universidade, não temos um representante para ajudar nessa identificação então acho que deveriam ver por esse lado também no que se refere a diversidade. Somente os projetos voltados para o desenvolvimento do contexto cultural indígena é que nos fortalece como acadêmicos indígenas nos dando uma sustentabilidade".

A terceira narrativa é a minha que também destaco no primeiro capítulo. Percebemos que nós, as três mulheres, tivemos dificuldades semelhantes como o isolamento, o fato de ter parado de estudar há muito tempo, a falta de amizades no início do curso, a dificuldade de compreender os conteúdos ministrados pelos professores, além do uso das tecnologias.

Salientamos que duas falas colocam que somente no 3 período começaram a compreender algumas coisas. Consideramos que isso seja um fator a ser considerado, haja vista, que os fundamentos da educação acontecem nestes períodos e elas servirão de base para articular outros conhecimentos dos próximos períodos.

Outro ponto a ser considerado é o fator da idade e a insegurança na convivência com os mais jovens, além do medo do preconceito.

3.3. SONHOS/ESPERANÇAS/EXPECTATIVAS PARA O FUTURO

"Eu pretendo levar esse aprendizado e ter a oportunidade de compartilhar através de práticas educacionais na sala de aula utilizando a metodologia para uma melhor aprendizagem no âmbito da educação indígena."

"Eu como indígena quero levar meus conhecimentos e minhas experiências para a minha comunidade Wakará de forma em que eles possam aprender e se inspirar a buscar uma universidade da forma que eu busquei temos que mostrar essa realidade pros parentes que nós também temos esta capacidade que mesmo distantes de nossos territórios podemos enfrentar esses desafios de luta para uma educação superior".

Eu quero levar esse conhecimento de aprendizagem para o meu município e transmitir através das práticas e experiências adquiridas na universidade uma nova visão em um processo formativo de professor inovador, buscando conhecimentos e estratégias interativas na sala de aula de forma que eu possa avançar o ensino através das tecnologias e proporcionar o ensino de qualidade, desafiador para os parentes, despertando o interesse para prosseguir no ensino superior.

Assim, analisamos que as três mulheres indígenas Baré buscam o mesmo objetivo que é concluir os seus estudos e que sua história seja um estímulo para os parentes, assim como levar novas práticas para as salas de aula, em particular, nas nossas comunidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É muito importante ter o privilégio de narrar a nossa história e ter a oportunidade de reviver a vida, é como nascer de novo e relembrar um filme em nossas mentes. Cada momento de tristeza, alegria, dificuldades, lutas e incertezas e enfim as vitórias.

Momentos que servirão de aprendizado para cada etapa da vida e assim compartilhar com amigos as narrativas de mulheres que passaram/passam pelo mesmo desafio no percurso universitário.

Sou uma veterana indígena, acadêmica da Escola Normal Superior, que lutou para conseguir essa conquista que ficará marcada na minha história, também servirá de incentivo para mostrar aos estudantes que, mesmo com mais idade, nunca é tarde para conseguir realizar seus objetivos.

É através de lutas e desafios que conseguimos alcançar tudo aquilo que fará parte das nossas realidades. Em relação às adversidades é necessário lutarmos sempre pelo respeito à diferença do outro.

À universidade quero afirmar que é preciso lutar pelos direitos de uma política afirmativa de acesso e permanência, a fim de que os indígenas, particularmente as mulheres, possam trilhar suas trajetórias com segurança e sucesso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei n° 9.394/ 96. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.* Diário oficial da União, Brasília, 23 de dezembro de 1996.

CANDAU, Vera. Diferenças culturais, cotidiano escolar e praticas pedagógicas, 2011. Currículo sem Fronteiras, v. 11, n. 2, p. 240-255, jul./dez. 2011.

DUTRA, Elza. A narrativa como uma técnica de pesquisa fenomenológica. *Estudos de psicologia*, Rio Grande do Norte, p. 371-378, 2002.

PALADINO, M.; ALMEIDA, N. P. Entre a diversidade e a desigualdade: uma análise das políticas públicas para educação escolar indígena no Brasil dos governos Lula. Rio de janeiro: LACED/Museu Nacional/UFRJ, 2012.

SOUZA, Elizeu Clementino. Diálogos cruzados sobre pesquisa auto)biográfica: análise compreensiva-interpretativa e política de sentido. *Educação*. Santa Maria | v. 39 | n. 1 | p. 39-50 | jan./abr. 2014.

SOUZA, E. C.; BRAGANÇA, I. F. S. (Orgs.). *Memória, dimensões sócio-históricas e trajetórias de formação*. Natal: EDUFRN; Porto Alegre: EdiPUCRS; Salvador: EDUNEB, v.3, 2012.

VEIGA-NETO, Alredo, Cultura, culturas e educação. *Revista Brasileira de Educação*. Maio/Jun/Jul/Ago 2003 Nº 23